

MARCELO JOHNY MACIEL

A TERRITORIALIZAÇÃO DA ALDEIA VELHO LOBO
GLOBALIZAÇÃO E CULTURA INDÍGENA

SÃO PAULO

2012

MARCELO JOHNY MACIEL

A TERRITORIALIZAÇÃO DA ALDEIA VELHO LOBO

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA INDÍGENA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final no curso de pós-graduação *latu sensu* de Gestão de Projetos Culturais e Organização de eventos ao CELACC- Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação - ECA – USP.

Orientador: Prof^o . Dr^o . Silas Nogueira

SÃO PAULO

2012

A TERRITORIALIZAÇÃO DA ALDEIA VELHO LOBO

GLOBALIZAÇÃO E CULTURA INDÍGENA¹

MARCELO JOHNY MACIEL

Resumo

Neste artigo, por meio de uma pesquisa de campo na aldeia 'Lobo Velho', apresento um trabalho de cunho territorial, buscando constantemente uma abordagem em que a valorização da autonomia por parte dos agentes desta história, no caso os índios, possam salientar a perspectiva da espacialidade a partir do seu ponto de vista, trazendo consigo questões socioculturais como parte deste processo de apropriação das novas territorialidades, não deixando de lado a relação do Estado neste processo, haja vista, grande dívida histórica que tem com os índios. Todo este dilema opressor advindo do percurso histórico será enfatizado de modo minucioso, observando suas influências no comportamento dos índios permitindo, portanto, uma reflexão dicotômica acerca de assuntos presentes na aldeia como os elementos materiais numa cultura que tem no simbólico sua referência identitária.

Abstract

In this article, through a field research in the "Old Wolf" tribe, I will present an approach with territorial nature, constantly looking for an approach in which the appreciation of autonomy of this case agents, the indians, could emphasize the perspective of spatiality through their point of view, raising sociocultural matters as part of such process of appropriation of new territorialities, not to mention the relation to the State in this process, considering the historical debt it has towards the indians. All of this oppressive dilemma which comes from the historical course will be emphasized in a detailed way, observing its influences on the indians' behavior, allowing, thus, a dichotomic reflection on topics which are present in the tribe as the material elements in a culture that has its identity reference in the symbolic.

¹ Artigo apresentado ao CELACC- Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação – ECA-USP, curso de Gestão de Projetos Culturais e Organizações de Eventos, sob orientação do prof. Dr. Silas Nogueira

Resumen

En este artículo, por medio de una pesquisa de campo en el pueblo 'Lobo Viejo', presentaré un trabajo con enfoque territorial, buscando constantemente una abordaje donde la valorización por parte de los agentes de esa historia, en el caso, los indígenas, puedan salientar la perspectiva de la espacialidad a partir de su punto de vista, trayendo consigo cuestiones socioculturales como parte de este proceso de apropiación de las nuevas territorialidades, sin dejar la relación de el Estado en este proceso, considerando gran deuda histórica que tiene con los indígenas. Todo este dilema de opresión que viene de una ruta histórica será enfatizada con detalles, observando sus influencias en el comportamiento de los indígenas, permitiendo, así, una reflexión dicotómica acerca de temas presentes en el pueblo como los elementos materiales en una cultura en que el simbólico es su referencia identitaria

Palavras-Chave: [des]Territorialização – Aldeia Lobo Velho – Bens culturais

Introdução

Dentro de algumas áreas do conhecimento, em especial na geografia, a noção espacial sempre fora uma constante devido à dicotomia sobre sua dinâmica. Hoje a noção de territorialização bem como desterritorialização estão em pauta e será analisada principalmente através da obra 'mito da desterritorialização' de Rogério Haesbaert em detrimento de uma sociedade que constantemente se relaciona com o consumo, tempo e trabalho.

Na atual sociedade contemporânea se discute constantemente a ascensão das novas tecnologias que por sua vez acabam dominando o mercado, mesmo diante da obsolescência que apresentam, acabam transformando-se rapidamente nos principais bens de consumo disponível para a sociedade. Com a intensificação constante deste padrão de vida, torna-se perceptível a criação de novos espaços como, por exemplo, o ciberespaço: um caminho dedicado às novas tecnologias interferindo muitas vezes no processo de deslocamento do sujeito, entretanto, veremos também que o espaço nunca pode ser observado como imóvel ou, sobretudo estático, podendo, portanto, entendê-lo como fruto da multiterritorialização existente dentro de inúmeras especificidades sobre espaço que são criadas e jamais como algo unilateral ou desterritorializado.

Dentro destas novas territorialidades existem aquelas que estão às margens da sociedade, sobretudo quando há uma relação de dependência com o Estado. Neste

sentido, é de grande contribuição tratar desses assuntos com objetivo de identificá-las e situá-las.

A territorialização indígena está configurada sobre uma dialética de construção e ao mesmo tempo de desconstrução de seus territórios. Dentro desta perspectiva que surge o interesse de entender além deste processo territorial bastante denso, também o hibridismo causado pelo intenso movimento dos próprios indivíduos da comunidade indígena situada na cidade de Suzano – SP, denominada ‘Aldeia do Lobo Velho’.

A conjunção desta situação territorial trará consigo elementos externos na construção cultural destes sujeitos, e mediante o processo deste estudo será em suma, reflexo de luta pelo espaço e preservação de sua cultura, de adaptação às novas territorializações, do sincretismo e de interesses advindo do contato com o mundo capitalista.

Apropriação territorial

Nos dias atuais, de tamanha complexidade no que tange às relações sociais em detrimento do capitalismo, compreender a importância da espacialidade é sem dúvida um trabalho mais do que necessário, torna-se efetivamente fundamental no que concerne o entendimento da dinâmica espacial.

A mudança da matéria viva acaba sendo uma constante e tende a crescer cada vez mais nas áreas urbanizadas, possibilitando, portanto, maior fluxo migratório que, por conseguinte, trará consigo exploração de novas áreas (territorialidades) sem um satisfatório planejamento urbanístico. Se medidas não forem tomadas neste sentido, certamente teremos neste contexto um legado temerário no que diz respeito à qualidade de vida destes sujeitos, colocando em pauta a necessidade de regulamentação e, sobretudo, mais atenção do poder público no que se refere às condições não somente urbanísticas, mas também geográficas, tendo em vista a periculosidade destes abrigos que dominam as grandes metrópoles.

Outra territorialidade analisada relaciona-se com ‘redução espacial’ que a globalização permite com o uso constante das novas tecnologias, possibilita para parte da sociedade deslocar-se cada vez menos. Contudo, este ‘mundo’ interligado nos processos cibernéticos não está dissociado inteiramente do território entendido como espaço concreto.

Uma vez que a redução espacial se confirme em detrimento das novas tecnologias, ainda assim há efetivamente um território nas adjacências da sua área, que

é usado de modo frequente e é a partir deste novo espaço que devemos entendê-lo como parte de uma nova territorialidade.

Nesse contexto, todo o cuidado se faz necessário tendo em vista algumas generalizações atribuídas numa nova territorialidade, significando ao invés de uma desterritorialização uma nova territorialização ou até mesmo uma reterritorialização por meio de uma inter-relação de vários tipos de territorialidades.

O capital administra o processo de desterritorialização dos camponeses e também a sua reterritorialização com a mercantilização das políticas públicas, como por exemplo a reforma agrária. O capital vende territórios capitalistas para a produção de territórios não capitalistas. Este é um exemplo do processo acumulação por espoliação (MANÇANO, 2008. Apud HARVEY, 2004, p. 115).

Numa abrangência etológica ou naturalista sobre territorialização, defensores da abordagem neodarwinista buscam por meio dos animais, analogias objetivando a explicação territorial dos homens, comparando-os de diversas formas.

A relação homem e animal é ainda lembrada e usada nos dias atuais com certa frequência, acreditar que o homem por instinto busca territorializar-se, sendo este mais um tipo de comparação entre ambos e que a partir disso implica na crença de que o homem terá o domínio da posse da terra e desta terra dependerá seu respeito perante o meio em que vive.

Pensando nesta teoria, o controle de uma área acarretaria numa analogia direta com os cães, lobos e outros animais carnívoros que constantemente buscam territorializar-se com objetivo de dominação, entretanto, acreditar nesta teoria consiste em aceitar a concepção de que todos os animais partiriam dos mesmos preceitos no que se refere a sua territorialidade.

O erro neste caso implica diretamente no ato da homogeneização animal, quando na verdade percebe-se uma grande distinção dentro da própria raça, bastando entender que as territorialidades de muitos animais ocorrem não somente pela dominação, mas também, pelo acasalamento, pelos recursos que a área oferece, proteção dos seus filhotes, questões climáticas até aqueles animais que dispõem de características nômades, onde a territorialidade nem seria fundamental, pois o território animal também pode ser cíclico ou temporário. A partir desta constatação percebe-se o perigo de uma generalização e entendendo assim a complexidade do tema, não bastando, portanto, uma avaliação reducionista.

Haesbaert (1994) explana mais um tipo de territorialidade, aquele em que a presença do Estado é fundamental. As divisões fronteiriças geograficamente definidas perdem cada vez mais sua importância devido ao processo globalizante que acaba por ser rompida pela praticidade constante da locomoção, permitindo assim maior fluidez dos sujeitos, aumentando o que Canclini (2006) diz ser o grande trânsito hoje existente dos agora agentes da história, que diante da globalização podem almejar sua saída objetivando outros lugares para residir ou simplesmente conhecer, permitindo um crescimento intenso do que ele define como hibridismo cultural.

Importante destacar as disparidades existentes entre o que Canclini aponta como hibridismo do sincretismo, neste último caso não é permitido à existência do trânsito cultural de modo democrático do sujeito, tendo neste modelo somente aceitação da cultura alheia que vinha sempre num sentido vertical avassalador, sobretudo perversa como lembrara Santos (2011).

Mediante a esse enfraquecimento do Estado que tende a crescer, tendo em vista a supervalorização das grandes empresas privadas e aumento, por conseguinte da privatização, o Estado passa a perder forças permitindo assim, sua menor participação dentro do processo de territorialização, haja vista as mudanças rápidas e radicais que aconteceram nas últimas décadas – e continuam acontecendo – deixando-nos desorientado como lembra Bauman (1999) quando elude com veemência o esfacelamento identitário da sociedade diante da metáfora que costuma usar acerca desse mundo líquido para com as crises constantes das ideologias fortes, portanto ‘sólidas’ na pós-modernidade.

Dicotomia territorial na Aldeia Lobo Velho

Território em seu sentido pleno pode até parecer algo simples, somente seria possível acreditar nisso caso não lhe fosse dado uma atenção etimológica. Sua complexidade aumenta na medida em que entendemos território como uma constante para a manutenção e preservação de uma cultura e ou povo. Poder-se-ia lembrar-se de mudanças acerca da característica de cada cultura como, por exemplo, a indígena, que desde os primórdios tem por característica a prática do nomadismo, permitindo assim a constante mobilidade entre territórios sem talvez a preocupação no que se refere sua demarcação e ou fronteiras entre determinada área.

Na atual sociedade, a tendência da manutenção cultural indígena torna-se mais complexa pela luta constante por áreas em que possam desfrutar do mínimo para

preservar laços e ou resquícios dos seus ancestrais. Esta complexidade dar-se-á por inúmeros motivos dos quais sempre há como pano de fundo a economia. Nitidamente o Brasil nos tempos atuais, vem numa crescente significativa no que tange o seu pleno desenvolvimento econômico. Neste contexto, a luta pela ocupação territorial tornou-se mais acirrada aumentando não somente a frequência da disputa, mas principalmente os grupos que querem usufruir desta territorialidade em busca de uma exploração, cujo objetivo primordial é a materialidade, ou seja, mais um tipo de territorialidade, seguindo, portanto, na contramão dos valores simbólicos sobre este espaço, reduzindo-o significativamente no que se refere a manutenção e ou preservação cultural indígena.

Inserido nesta realidade paradoxal entre cultura e economia, a Aldeia Lobo Velho, situada nas proximidades da grande São Paulo, mais precisamente em Suzano (anexo I), nos traz uma nova territorialidade em meio de uma conjunção de fatores externos importantes para estudos futuros, deixando evidente que este trabalho não pretende em hipótese alguma fechar o assunto que é amplo, mas sim estimular a continuidade dele.

A começar sobre a posse da terra, área privada, e que somente por isso abre precedentes significativos para uma reflexão minuciosa tanto a respeito da questão de manutenção desta Terra Indígena por parte de seu proprietário ao mesmo tempo de ausência ou negligência do Estado que tem por obrigação garantir este espaço.

O dono desta reserva é o Pajé ‘Lobo Velho’, principal liderança da Aldeia de origem Karibóka, reconhecida pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) como Caiapó. Esta etnia na região norte do Brasil é lembrado pelo padrão de vida razoável que conseguiram ao explorarem o mogno do sul do Pará e por estarem inseridos numa prática capitalista que ganhou força principalmente com o cacique Tutu Pompo, morto em 1992 e noticiado como milionário também pela exploração de ouro estimando uma movimentação em torno de U\$ 4 à 6 milhões por ano.

Mediante a esta situação materialista, foi possível constatar ao longo da pesquisa certa insatisfação no discurso por parte de alguns índios que por lá passaram. Percebe-se que a disparidade étnica também é significativa e isso corrobora em novas desavenças.

De antemão, vale ressaltar que a Aldeia não abriga de modo definitivo uma grande quantidade de índios. O local dispõe de mais uma característica importante, o fluxo migratório, acaba tendo uma grande rotatividade de etnias no local, aproximando-

se de modo geral a uma hospedaria ou um ponto de encontro que acaba garantindo a manutenção ou preservação de suas culturas neste território sem uma homogeneização.

Em virtude das novas tecnologias, em especial a internet, a Aldeia, torna-se um abrigo de inúmeras etnias, fomentando as atividades culturais e estimulando as discussões acerca dos objetivos em comum entre eles. Por outro lado, a de se observar que muitos, em detrimento do uso de uma área que não seja da sua própria etnia ou grupo, acabam perdendo seus verdadeiros valores ou herança cultural, tendo muitas vezes que buscar elementos da cultura alheia. Neste caso dos Karibókas para poder sobreviver ou se manter.

Neste sentido, perde-se o que Canclini (2006) lembra como hibridismo cultural e cresce de maneira significativa o sincretismo, onde uma ação em seu caráter opressor acaba por desenraizar o sujeito de sua territorialidade bem como sua herança para mantê-lo num espaço em que muitas vezes não dispõe de elementos da sua cultura.

Territorialidade precária

‘Aldeia Lobo Velho abre as portas para a comunidade’, este foi o tema da reportagem no artigo do jornal local Giro da Folha (Anexo II) noticiando a inauguração da Aldeia, assim como sites de lideranças políticas também deram destaque ao evento. Lideranças políticas que estiveram presentes na inauguração argumentaram a necessidade de incentivar o turismo no local, possibilitando assim, maior divulgação da aldeia e valorização da sociedade com a cultura indígena, propondo ainda, a inclusão da aldeia no COMTUR Conselho Municipal de Turismo como um dos pontos culturais da cidade (Anexo III), tendo, portanto, sua inserção no roteiro municipal.

Num primeiro momento esta ação pode até parecer que dispõe de caráter sociocultural, entretanto, observando atentamente, percebe-se que o ocorrido está mais para uma autopromoção política do que propriamente uma preocupação cultural. Como já salientado anteriormente, a Terra Indígena da qual me refiro é privada, caso a Prefeitura local bem como outros órgãos públicos realmente tivessem por objetivo zelar pelas manifestações culturais, poderia além de incluí-la no roteiro cultural, garantir a segurança do local isentando-os talvez de impostos e cedendo outras terras que pudessem ser explorada de maneira consciente pelos índios mediante uma fiscalização além de incentivar o desenvolvimento de projetos culturais relacionando-os com a esfera educacional. Isso sim seria uma proposta de auxílio e valorização cultural. Mas

infelizmente o que se vê, como de costume, é a exploração da imagem do índio, colocando-os como figura exótica e fazendo disso tudo um *marketing* político.

Neste contexto podemos observar a precariedade do território analisado, não por sua questão física, mas sim, por sua totalidade histórica ligada a negligência do Estado no que tange a responsabilidade de garantir recursos viáveis para manutenção cultural da Aldeia.

A origem da precariedade está na desterritorialização de áreas indígenas, a luta pela materialidade das terras permite com que haja cada vez menos espaço para manutenção cultural e mais preconceito com quaisquer grupos que estejam em territórios, cujo mesmo, tenha interesse e ou valor econômico.

Área de influência

Partindo da análise não mais política economicista, mas sim de uma natureza sociocultural no que se refere à territorialidade, nos deparamos com uma área que tem por objetivo manter viva uma manifestação de caráter simbólica, senão completamente, ao menos parcialmente, sem ter uma relação materialista ou política. Neste contexto seguem as análises na aldeia com intuito de identificar suas características simbólicas.

Num primeiro momento, se esperava uma homogeneidade étnica e que dela pudesse explorar suas matrizes, se não completamente ao menos o que sobrou dela, porém, desde o primeiro momento foi possível compreender que além da precariedade territorial em seu sentido político-administrativo, ali nos deparamos com uma zona de inúmeras influências indígenas que não buscavam uma territorialidade fixa, mas sim uma área dormitório. Muitos ali perpassam por uma combinação de necessidade (ausência de lugar) bem como, usufruir do ambiente como ponto de encontro em momentos que antecede eventos na região. Importante salientar que mesmo havendo esta rotatividade, não tira a importância cultural ali presente.

A configuração desta heterogeneidade étnica implica num processo complexo, que ao mesmo tempo em que há uma força maior pela junção de diversas culturas marginalizadas que pudessem buscar, portanto, maior expressividade ou notoriedade na sociedade, por outro lado sofrem com o processo sincrético cultural, advindo da perda de elementos simbólicos em detrimento da cultura predominante do local.

Essa perda fica evidente ao observar o local de estudo. A aldeia dispõe de inúmeras divindades das quais não são valorizadas de modo recíproco pelos visitantes ou convidados indígenas. Os rituais também merecem destaque, pois são realizados

dentro da casa de reza, e ao contrário de muitas etnias, estes rituais são abertos para todos que quiserem acompanhar. Situação esta que desagrada parte de grupos que acreditam veementemente na tradição de manter suas crenças em segredo, restringindo sua cultura nos moldes tradicionais.

Por meio das conversas que tive com os Pankrararús e de membros da etnia Fulni-ô, pude identificar que os rituais dos quais praticam, tem por característica ser restrito, e que, portanto não compactuavam com este modelo que abre suas portas não somente para a comunidade indígena, mas para todos que tiverem interesse. Neste caso percebe-se que esta Terra Indígena tem por finalidade não somente a manutenção cultural, mas também de relacioná-la a questão mercadológica, mais precisamente o turismo como pôde ser observado na reportagem da Tv Diário.

Ademais, é válido reafirmar que a territorialidade também é funcional neste sentido, a ausência de interesse por parte de algumas etnias dar-se-á pelo distanciamento da terra sagrada dos seus ancestrais e ou de suas características fronteiriças, implicando em uma retirada facultativa ou conflitos étnicos justificados senão pela territorialidade, mas pela disparidade já mencionada.

Manufatura indígena

Estamos inseridos constantemente numa cultura de produção e da personificação, os sujeitos buscam reconhecimento individual e espaço na mídia, sobretudo, ganhar notoriedade aproveitando-se da globalização que atinge um patamar de mundialização nas relações econômicas e agora culturais. Certamente as culturas, mesmo as mais tradicionais acabam sofrendo influência que acarreta em adaptação destes entraves opressores. O processo de aculturação tende a chegar, sobretudo, pelos meios de comunicações.

Hoje, mesmo áreas que há pouco tempo eram isoladas, dominada antes por grupos fechados, começam a usufruir das novas tecnologias de modo a tirar vantagens deste novo sistema, ampliando sua rede de contatos, permitindo ao longo do tempo dialogar com grupos étnicos que anteriormente era senão impossível praticamente raro.

SANTOS (2011) lembra que diante da intensificação da globalização, num mundo de uma única ordem temos, por conseguinte a perversidade. Mudar-se-ia caso a sociedade como um todo, inclusive os índios e principalmente a classe subalterna, vítima deste processo avassalador, pudesse sair da condição de telespectador para

encarar a realidade dominando as novas tecnologias, sendo assim a outra globalização da qual Santos (2011) explicitava.

Infelizmente a realidade se mostra árdua, devido interesses políticos e econômicos que a terra dispõe e, diante de um modelo neoliberal que prioriza as diferenças étnicas e sociais torna-se, ainda mais complicada a discussão sobre direito da sobre a posse das terras. A situação atual dos índios, principalmente aqueles, que acompanhei, além de terem a responsabilidade de garantir a valorização dos seus bens simbólicos intangíveis, é também da manutenção da prática do artesanato, valorizando sua arte como parte fundamental de sua cultura. Entretanto, esta mesma arte que funciona nos moldes tradicionais, precisa adaptar-se ao mercado, tendo em vista, que membros destas comunidades não vivem da autossuficiência, mas sim desse mercado externo. É possível observar que a confecção dos objetos trabalhados muitas vezes perdem o seu valor utilitário historicamente presente neste tipo de arte para concorrer com os demais se transformando em objetos de decoração.

Percebe-se no discurso dos índios certa insatisfação, contudo, somente assim segundo eles, vendendo-se para o mercado é possível buscar rentabilidade para manterem-se nesta luta identitária. Infelizmente o custo que se tem para manter viva a manutenção cultural dá muitas vezes pela perda parcial da tradição em detrimento de um novo sistema que influencia e transforma ao mesmo tempo, a história não congela, portanto a mudança torna-se inevitável.

Que a história não congela, que sujeitos bem como a cultura tenham de passar por transformações é evidente, não cabe, todavia, crer somente no previsível, há outras formas possíveis e aplicáveis no que tange à manutenção cultural sem precisar vender-se para o sistema. Hoje já é uma realidade no planeta a utilização da economia solidária, ao invés da exploração do ser humano temos no trabalho um meio de libertação democrática, que se aproxima não somente da questão econômica, mas também o social a ecologia até a política. Como se somente isso não bastasse, dentro da economia solidária a valorização de todos os processos manufaturados da produção ganham importância possibilitando neste caso, um ganho geral e não somente da comunidade.

Se a principal reivindicação era de visibilidade, a partir desta postura, uma vez que adotada, certamente a notoriedade seria de grandes proporções, talvez um projeto pioneiro e necessário. Congelar nunca, morrer jamais.

Considerações finais

Neste artigo a proposta inicial fora uma pesquisa acerca da comunidade como um todo, principalmente sobre a questão histórico-linguística, ou seja, dos dialetos usados pelos índios e deles partir para questões mais abrangentes como sociocultural, entretanto, com algumas visitas sem compromisso, buscava dar sentido ao meu objeto.

Depois de algumas experiências e já conhecido por alguns índios que tinham maior rotatividade na aldeia, a comunicação foi se desenvolvendo principalmente depois de tomar algumas doses de ayahuasca pós-ritual, e fora dali que nascera uma conversa despreziosa que mais tarde tornou-se a principal referência para o meu trabalho. Jurará, índio de etnia Pataxó e um dos poucos que de fato habitava a área indagou certa insatisfação do Pajé no que se refere ao desdém nos valores simbólicos. Como historiador busquei caminhos para entender o que se passava ali, e com o desenrolar da conversa percebi que além da luta constante de todos em manter o local como um ambiente propício para o desenvolvimento cultural havia ali também um clima desagradável, principalmente pela irregularidade advinda do pajé no que se refere às prioridades da comunidade.

Segundo Jurará o Pajé não sabia se priorizava a questão cultural, seja ela tangível ou intangível ou se sua preocupação maior era dar visibilidade externa. Essa insatisfação se confirmou numa outra visita quando Canê Minguê, índio de etnia Guaianá explanou a mesma insatisfação complementando ainda uma negligência por parte do pajé com o território, deixando toda a responsabilidade da Aldeia para terceiros, ação esta que segundo eles é contraditória, pois não sabem qual o sentido daquela terra para o Lobo Velho.

A partir deste momento percebi que o foco principal era justamente dar sentido aquela área, buscando entender que tipo de territorialidade se tratava e quais eram as inter-relações existentes. Já ciente do enfoque que teria, comecei a ser mais objetivo e, por conseguinte fui me aprofundando sobre o assunto.

Confrontei desde então ideias e aí sim pude através de vários teóricos, perceber que o trabalho mesmo com um recorte agora bem definido seria de alta complexidade, pois nesta área permeia uma dicotomia clara entre território materialista e território antropológico, relação econômica, cultural e jurídica.

Depois de identificar meu objeto principal, tive outro trabalho árduo, identificar elementos externos e internos que sustentassem minha pesquisa sobre essa territorialidade, o que se concretizou ao pesquisar em jornais locais, estudo sobre territorialidades de todas as naturezas com os índios e o pajé. Essa coleta de dados foi

suficiente para chegar à conclusão de que a Aldeia Lobo Velho é um mosaico territorial e não uma desterritorialização como lembrado pelos índios locais, dispendo, contudo de problemas significativos na parte burocrática administrativa e ao mesmo tempo é uma área de grande importância cultural, tendo em vista a grande contribuição simbólica com intuito de resgate de uma memória rica e cheia de esperança.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Agricultura familiar - reforma agrária e desenvolvimento local para um novo mundo rural**: Brasília, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2006.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Lisboa: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34, 1997. v. 4.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 1991.
- HAESBAERT, R. 1994. **O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”**. Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia. Curitiba: AGB, pp. 206-214. Niterói: EdUFF.
- _____. 2001a. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Vol. 3. Rio de Janeiro: ANPUR.
- HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2005.
- LÉVY, P. **O que é virtual**. São Paulo, 1996
- MANÇANO Fernandes. **Entrando nos territórios do Território**. Brasil: Unesp, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/3artigodomes_2008.pdf. Acesso em: 2012
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 20ª ed - Rio de Janeiro, Editora Record, 2011.
- SODRÉ, Muniz. **Reinventando a cultura: a comunicação e seus produtos**. Petrópolis: Vozes, 1996.
- Folha Ribeirão Pires, Mauá e Rio Grande da Serra: Disponível em: <http://www.folharibeiraopires.com.br/portal/fotos.php?album=146>. Acesso em 2011
- Site de Mauro Vaz: secretário do Desenvolvimento Econômico Trabalho Negócios e Turismo de Suzano. Disponível em: <http://www.maurovaz.com.br/noticia.php?cod=120&pagina=20>. Acesso em 2012.

Reunião da comissão do Pró - COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) Disponível em: <http://www.maurovaz.com.br/noticia.php?cod=159&pagina=21>. Acesso em 2012

Tv Diário – Afiliada Rede Globo, Suzano. Disponível em: http://www.tvdiario.com/diarioecologia/index.php?option=com_content&view=article&id=105:cultura-indigena-esta-presente-no-alto-tiete&catid=49:indios&Itemid=2. Acesso em 2012

Anexos**Anexo I**

(Aldeia resgata origens indígenas) Fonte: Capa do Jornal (Diário do Alto Tietê) 28/11/2010

Anexo II

Inauguração da Aldeia (Fonte. Jornal Folha, Giro da Folha). 06/12/2010



Inauguração da Aldeia (Fonte. Jornal Folha, Giro da Folha). 06/12/2010

Anexo III



Formação do (Comtur) Conselho Municipal de Turismo - 26/01/2011



Eu momentos antes do ritual sendo maquiado pelo Jurará (pataxó).



Pós ritual tomando ayahuasca com o Canê Minguê a minha direita.